

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 22**

(Sem revisão final)

27 de fevereiro de 2019

(18 h 09 m – 20 h 25 m)

**Ordem do dia:** Audição do General Artur Neves Pina Monteiro.

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Jorge Machado (PCP)

José de Matos Rosa (PSD)

Maria da Luz Rosinha (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 18 horas e 9 minutos.*

A ordem do dia de hoje desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos destina-se a mais uma audição, concretamente a do Sr. General Artur Neves Pina Monteiro, a quem quero saudar.

O País conhece a prestigiadíssima folha de serviços do Sr. General e queria também, pessoalmente, prestar-lhe o meu reconhecimento, pelo testemunho de ter privado, muitos anos, com o Sr. General, em várias funções.

O Sr. General informou-me que pretende fazer uma intervenção inicial e, como sabem, hoje, sequencialmente, a audição iniciar-se-á com a inquirição pelo Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Renovando os meus cumprimentos, dou a palavra ao Sr. General Artur Neves Pina Monteiro, para uma intervenção inicial.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro** (ex-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: 363 dias depois de passar à reforma, estou aqui, novamente, na Assembleia, nesta Comissão, com toda a disponibilidade e abertura para contribuir, na medida das minhas possibilidades, para que os objetivos desta Comissão sejam atingidos.

Li o *Tancos 2017: Factos e Documentos*, que tem plasmadas as situações em que fui envolvido neste processo, pelo que me dispensaria de as elencar.

Estou à disposição de todas as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e de todos os Srs. Deputados para toda e qualquer pergunta, nomeadamente dentro das competências que tive enquanto fui chefe militar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General.

Em conformidade com o que, há pouco, referi, tem, então, a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, que dispõe de 8 minutos para formular as suas questões.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria, naturalmente, começar por cumprimentar o General Pina Monteiro — é com muito gosto que voltamos a conversar nesta Assembleia da República — e elogiar o percurso realizado nas Forças Armadas. Sabe que conta com o Grupo Parlamentar do PCP, numa posição muito clara de defesa dos homens e das mulheres que hoje constituem os nossos ramos das Forças Armadas e do papel que desempenham na defesa da nossa soberania.

Queria começar por uma pergunta que tem alguma abrangência e algum espectro de abertura de resposta, para lhe permitir responder da forma como entender e trazer para a Comissão os elementos que considera mais relevantes.

E a primeira pergunta é relativa a uma afirmação sua, Sr. General. No início deste processo, afirmou que o assalto a Tancos tinha sido um «murro no estômago». Queria dar-lhe a possibilidade de nos explicar o que quis dizer com essa afirmação que fez.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, de facto, utilizei essa figura metafórica, pelo facto de, após 47 anos de serviço efetivo, sentir que, no meu Exército, no nosso Exército, aconteceu aquilo que era impensável. Violar uma rede é uma coisa, mas

nunca me passava pela cabeça que fosse possível terem a chave de um paiol, entrarem no paiol e levarem imensos explosivos.

Essa figura metafórica, enfim... Não sei se alguém já levou um murro no estômago, fisicamente, mas eu já levei, quando fazia boxe, e dói muito. Aquilo foi exatamente para ilustrar que, embora não sendo chefe do Exército — mas sou oriundo do Exército —, era o Chefe do Estado-Maior-General e aquilo foi muito sentido no interior de todos nós. Foi isso que quis ilustrar.

Mas também disse, na altura, que isso não nos deitava abaixo, e não deitou, porque, de uma forma solidária e com todos os contratemplos e vicissitudes que o processo teve, o Exército avançou, tomou medidas e, hoje, talvez esteja tudo um pouco melhor, porque nós aprendemos com os erros e, na questão dos riscos, procuramos sempre compatibilizar o risco com a possibilidade de estarmos enganados.

Por isso mesmo foi um «murro no estômago», mas que se sentiu muito na cabeça e no coração.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, faça-lhe agora uma pergunta que não é retórica, é mesmo uma pergunta, porque não tenho a certeza do que vou afirmar.

Queria perguntar ao Sr. General se, enquanto Comandante das Forças Terrestres, foi o Sr. General que promoveu a alteração da metodologia da rotatividade entre as Unidades para a segurança dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT). Se foi o Sr. General, enquanto Comandante das Forças Terrestres, que promoveu a alteração do modelo, gostava de saber se a considera adequada, tendo em conta a análise que faz.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, assumi as funções de Comandante das Forças Terrestres ou, melhor, de Comandante Operacional das Forças Terrestres, que tinha umas

competências diferentes das do Comando das Forças Terrestres (CFT), posteriormente, em abril e essa alteração foi feita ainda em 2011, pelo meu antecessor, com efeitos a partir de 15 de janeiro.

Apanhei, de facto, isso e a sua implementação, no sentido de a Brigada de Reação Rápida (BrigRR) garantir o pessoal para a guarda, com um pormenor que é importante: o despacho do General CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército) de então atribuía ao Comando Operacional das Forças Terrestres a coordenação para fornecimento de pessoal. A coordenação tem um significado muito específico, mas caiu comigo no CFT e o processo nunca mais deixou de andar nesse sentido, porque havia disfunções, enfim, talvez de nascença, em relação a isso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, hoje, quando olha para essa decisão, qual é a avaliação que faz ou qual é a impressão que tem relativamente a essa decisão? É uma boa decisão ou é uma má decisão?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, julgo que podemos também ir um bocadinho mais atrás.

O fim do serviço militar obrigatório (SMO) é, talvez, a decisão principal, em termos de genética, para as Forças Armadas e, em particular, para o Exército. Isso não foi acompanhado, na altura, de alterações estruturais, físicas. Só, salvo erro, em 2006, é que houve alteração, com a extinção das Regiões Militares.

Mas transferir as responsabilidades das Regiões Militares, que eram um comando que tutelava tudo — logística, operações, preparação, etc. —, para os órgãos centrais de apoio e direção, como se chamavam, na altura, e para o comando operacional foi um processo, como se calculará, bastante difícil. Naturalmente, foi um processo gradual, até que, em 2012, se

consolidou e se definiu, claramente, o que eram os comandos funcionais e o que era o Comando das Forças Terrestres.

Portanto, essa decisão parecia-me lógica, na medida em que: por um lado, garantia uma distribuição mais equitativa pelas Unidades da área, em termos de gestão do esforço do serviço de escala; por outro lado, porque se discutia, na altura, que sendo sempre os mesmos a fazer o serviço, *ad aeternum*, isso criava vícios e podia também envolver alguns riscos; e, por outro lado ainda, porque havia uma tutela, que era o Comandante da Brigada de Reação Rápida, que fazia a...

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — Coordenação!

**O Sr. Gen. Artur Neves Pina Monteiro:** — ... gestão daquilo tudo. Ou seja, havia um patamar, que era o dos Comandantes de Unidade, o Comandante da Brigada, o Comandante do CFT e o Chefe do Estado-Maior do Exército.

Há um princípio, que sempre defendi, que é o de que cada Comandante tem a responsabilidade incontornável de garantir a segurança da sua unidade e da sua força em qualquer situação, seja onde for. Portanto, isso parecia ajustado em relação à realidade que vivíamos.

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — Sr. General, ainda reportando-me ao período em que foi Comandante das Forças Terrestres, qual era a perceção que tinha, na altura, relativamente à segurança das instalações dos Paíóis Nacionais de Tancos?

**O Sr. Gen. Artur Neves Pina Monteiro:** — A perceção que eu tinha resultava dos relatórios que me vinham da Brigada de Reação Rápida, e era crítica, segundo os relatórios, nomeadamente em relação à parte física, que

era da responsabilidade do Comando da Logística, da Direção de Material, da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME). E, mais do que uma vez, julgo que está plasmado, o CFT remeteu para o Comando da Logística para que fossem tomadas as medidas adequadas. Algumas foram, outras não, protelou-se, com certeza, no tempo, por razões que podem existir, designadamente em relação ao sistema de vigilância.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Entretanto, Sr. General, a sua carreira evoluiu e chega a Chefe do Estado-Maior do Exército. Nessa componente, pergunto-lhe se teve oportunidade de tomar medidas para evitar a degradação do sistema de segurança, se não tomou.... Qual foi a sua postura face a uma matéria que até conhecia bem, porque foi Comandante das Forças Terrestres?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, tendo ouvido aqui algumas audições, puxei pela minha memória e procurei saber, concretamente, o que fiz em relação à segurança militar. E descobri, aliás, não descobri, existe, tenho-o aqui à minha frente, em 10 de julho de 2012, um despacho que fiz como Chefe do Estado-Maior do Exército.

Mas, antes do despacho, quero referir que tomei posse como Chefe do Estado-Maior do Exército em 19 de dezembro. Fui sacado, passo a expressão, de Bruxelas, e depois ainda tive de lá ir buscar os meus pertences.

A minha ida à Inspeção-Geral do Exército, se não foi a primeira, foi das primeiras visitas que fiz, para procurar saber e ouvir tudo o que tinham, dos últimos anos, em relação à segurança militar. E, para abreviar, nessa reunião, que ocorreu em janeiro de 2012, determinei, como prioridades, para o Exército, quatro áreas de preocupação no âmbito da segurança do Exército: a segurança do material de guerra; a segurança das comunicações, sistemas de informação e material classificado; a segurança física das unidades; e a

segurança do pessoal nas vertentes de segurança e saúde no trabalho e de prevenção de acidentes.

Primeiro, ouvi a Inspeção-Geral do Exército sobre todos os incidentes que ocorriam, etc. Mas eu tinha na minha cabeça um incidente de que todos nos lembramos, que foi o do roubo das armas nos Comandos, ainda não tinha passado um ano e, portanto, ainda estava tudo muito vivo. Perguntava-me como é que estaria tudo o resto.

Com esta orientação, elegi como prioritária a segurança do material de guerra e como última prioridade, porque tinha uma natureza diferente, mas era importante, porque havia muitos incidentes, a segurança do pessoal, na vertente da segurança e saúde no trabalho e da prevenção de acidentes. Havia muitos acidentes, nomeadamente em algumas cozinhas, por exemplo, e também na parte da manutenção do material, etc.

Na sequência disso, a Inspeção-Geral do Exército, por minha indicação expressa, fez inspeções focadas na segurança do material de guerra. Elencou-se, para isso, um conjunto de requisitos que deviam observar e fizeram 12 inspeções técnicas, de abril a junho, no fim das quais me apresentaram um relatório parcelar com propostas que despachei, em 10 de julho de 2012, para o General Vice-CEME, para coordenação com os órgãos centrais de administração e direção, no sentido da gradual implementação das medidas preconizadas.

Tinha a consciência de que não seria possível fazer tudo, mas tudo o que fosse possível fazer, com o que era possível, era feito, desde logo fortalecer as unidades para fazerem pequenas obras que fossem necessárias para reforçar as arrecadações de material de guerra, para pôr portas, etc., em determinadas instalações.

Posso dizer ao Sr. Deputado, que, certamente, estará recordado, que este era um ano da troica, com contenção orçamental fortíssima, com um

processo de transformação em curso e, por isso, elegi, de facto, estas quatro áreas.

À semelhança, ao fim e ao cabo, porque era uma preocupação que já vinha do antecedente, de todos os outros Chefes, em que cada um procurava levar... Mas assentei este... E, essas conclusões — e não quero roubar muito tempo — de 12 inspeções que foram feitas, eram no sentido de implementar uma arrecadação de material de guerra única nas Unidades.

Havia arrecadações de material de guerra de pelotão, três, quatro ou cinco, as necessárias, mas, em termos de segurança, de gestão e controlo, de pessoal, era tudo desaconselhável. Ou seja, tínhamos ainda a estrutura anterior em que cada pelotão tinha a sua arrecadação para rapidamente tirar a arma e andar!

Isto é aberto... Também, sabendo que, cada vez mais, às vezes, é fácil, hoje, como verificámos em Tancos, poder entrar numa Unidade, era preciso reforçar o interior das Unidades, reforçar as zonas críticas. E foram reforçadas.

Não seria fácil... Aliás, na altura, ainda poderia ser, mas deixou de ser e hoje, certamente, é mais difícil roubar uma arma.

Como corolário do conjunto das visitas de trabalho, foram identificadas necessidades prementes de adequação de infraestruturas afetas à segurança e armazenamento do material de guerra para as quais se recomenda ao comando do Exército a atribuição de reforço orçamental. Foram feitas várias atribuições na medida em que não fosse necessário elaborar projetos muito extensos para as próprias Unidades desenvolverem as obras de melhoramento.

Foi recomendado, e foi feito, que nas Unidades não deveria haver mais do que 20% de armamento para além do efetivo de Unidade. Portanto, o que estivesse a mais ia para os depósitos centrais.

Recomenda-se a manutenção nos paióis e paiolins — e não é os de Tancos, é os que existiam nalgumas Unidades — de apenas um quantitativo de munições de calibre ligeiro que não deve ultrapassar a dotação de segurança das Unidades.

Aqui, vou referir isto, porque merece alguma atenção. Foi proposto pela Inspeção-Geral do Exército e eu despachei. A implementação de sistemas de videovigilância é uma medida corretiva que visa o reforço da segurança das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército. Existindo, no entanto, a necessidade de definir um modelo que assegure uma eficaz monitorização das arrecadações de material de guerra e que permita a sua integração num sistema de controlo interno mais amplo a instalar nas Unidades.

Há conhecimento de vários estudos, de diferentes entidades, que estão a decorrer em paralelo, com vista à definição de um modelo normalizado de vigilância para as Unidades onde se virão a integrar as arrecadações de material de guerra. Recomenda-se que o Comando das Forças Terrestres (CFT) se constitua como Entidade Primariamente Responsável na elaboração dos referidos estudos.

Isto é importante porquê? Porque, na altura, já andava tudo à procura de sistemas de videovigilância e cada um arranjava o seu. Foi preciso desenvolver um modelo, estudar. E o CFT, Comando das Forças Terrestres, nesta altura, passou a ter na sua dependência a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação que, antes, estava na Logística apenas como um serviço.

Portanto, quem tinha de definir os requisitos para a segurança era o Comando das Forças Terrestres e, depois, os técnicos desenvolviam o modelo e... Isto foi desenvolvido e teve progressão, depois.

Faço notar que foi em 2012, salvo erro, e 2013 que, finalmente, se considerou absolutamente obsoleto o sistema de videovigilância de Tancos

e se iniciou o levantamento da manifestação de necessidade, porque sem esta manifestação, não se podem desenvolver, depois, o caderno de encargos e os projetos. Foi só aí efetivamente.

Razões houve muitas, com certeza, para só ser nessa altura, mas foi ali, em meados de 2012, com a confirmação de «obsoleto» em 2013.

Também se recomendou uma profunda revisão do Regulamento Geral de Serviço das Unidades do Exército, que, depois, foi feito mais tarde, porque não estava ajustado às novas realidades. Igualmente se recomendava a revisão do SEGMIL (Segurança Militar) que é um velhinho regulamento que, certamente, conhecem, cuja revisão foi depois, por mim, promovida, promovida, não, decidida já como CEMGFA, para estar concluída em finais de 2018.

Finalmente, face aos resultados alcançados com aquelas 12 inspeções técnicas e com os dados que havia para a frente, a inspeção propunha, e assim continuou, fazer visitas de trabalho às restantes Unidades para definir oportunamente e continuar tudo isto.

Quero dizer que, e interprete-se isto no sentido positivo, no final de 2013, havia certamente algumas arrecadações já feitas, trabalho já feito, mas desenvolveu-se, depois, todo um trabalho e, desta parte que referi aqui da videovigilância, foi nascer o SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância Eletrónica) que permitia agregar e, acima de tudo, projetar financiamentos que não estavam, muitas vezes, disponíveis na vida corrente das Unidades.

Não me adiantava mais, Sr. Deputados, porque, senão...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É muito importante o que acabou de dizer!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Obrigado, Sr. General. É importante também percebermos o percurso e como é que estas medidas avançam e o tempo que demoram a fazê-lo.

Sr. General, tenho de lhe fazer esta pergunta: porque é que nada disto, ou pouco disto, chegou a Tancos a tempo e a horas?

Falou das restrições orçamentais. Foi isso que teve peso? Queira explicar-nos, por favor.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, para ser franco, julgo que não. É fácil hoje olhar para trás e ver o que esteve mal.

Mas queria só dizer que, pensando muito desde 1998 ou coisa parecida, a intenção com que foram criados os paióis foi boa, era necessária para acomodar aquele barril de explosivos que existia na orla de Lisboa.

O local foi escolhido, mas é isolado, não está inserido em nenhum campo militar, portanto não beneficia daquela segurança mais afastada. Está ali com a rede «à flor da pele», digamos.

Fala-se em 44 militares... Numa audição, penso que foi ontem, este problema foi um bocadinho abordado, mas quando se pensou em 44 homens, estou convencido de que se pensava em levantar uma Unidade autónoma, uma Unidade que tivesse a obrigação de ter um orçamento e de ter lá 44 homens que faziam tudo e que estavam lá permanentemente. Só assim é que concebo 44 homens, porque para vigiar aquilo não são precisos 44 homens.

Portanto, ao não ter sido feito isso, acabou por ter de se pulverizar, em termos de dependências... Aquilo é um paiol que tem um órgão próprio que trata no Exército da gestão dos explosivos, que é o serviço de material, com a Repartição de Munições e Explosivos.

Depois, como pertencia à Logística, tinha uma unidade de apoio ali que o apoiava em termos de cadeiras, etc. Mas, depois, não tinham pessoal para fazer qualificado para fazer a segurança, tinha de se canalizar para outra

e isto levou, ao longo dos tempos, a ziguezagues, a procurar o melhor ajustamento e nunca foi possível, digo eu, criar mais uma Unidade.

Depois, a partir de determinada altura, criar Unidades era muito difícil! Criar mais uma Unidade, não pode ser, porque isso... E assim se arrastou.

Para mim, foi este conjunto de circunstâncias que motivou. Depois, ainda sobre o sistema de videovigilância, é dito nos relatórios que o sistema de videovigilância foi montado pela engenharia. E havia um contrato de manutenção que perdurou para esse sistema de videovigilância. A certa altura, penso que também houve dificuldades. Ele funcionava, não funcionava... E arrastou-se no tempo. Até que foi assim.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Agradeço a sua resposta. Percebemos onde é que...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Mas faltou-me...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Diga, diga...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Faltou-me aqui um aspeto importante que quero lançar aqui.

Também temos de considerar o seguinte: até determinada altura, as Unidades tinham de ter uma guarda de polícia, um reforço para a noite, uma ronda exterior e um piquete. Isto fazia sentido até determinada altura, quando era possível, em termos do enquadramento legal, a ronda sair e ir lá fora ver se havia alguém para além da rede.

Fazia sentido ter um piquete, porque, se houvesse indícios de que havia uma ação violenta sobre a Unidade, o piquete saía e varria toda a zona da segurança próxima.

Com a evolução constitucional, se quiserem, e todo o enquadramento das seguranças, os militares deixaram de poder pôr o pé fora da rede. Aí, fica apenas a guarda de polícia.

O que é que quero dizer com isto? No caso de Tancos, que é isolado, aquela rede é apenas e só uma rede de vigilância, não é uma rede de defesa. A defesa estava no paiol, porque o paiol era, teoricamente, inexpugnável, a não ser que se tivesse a chave para se entrar e levar o material.

Portanto, também este fator, esta condicionante, que é apenas condicionante, até hoje não foi resolvida no quadro da legislação nacional. E, digo isto, porque uma das tarefas que o Sr. Ministro da Defesa me atribuiu, conjuntamente com os outros chefes, foi, no Despacho n.º 57, procurar definir qual a postura, em termos de segurança, das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, nomeadamente as regras de empenhamento para a utilização em situações extremas das armas de fogo.

Isto também tem a ver, porque quando se criticava... Estou à vontade, porque, muitas vezes, como chefe, tive de ler no jornal que o militar não estava a cumprir, porque estava a preparar o automóvel para os fogos ou, quando os militares iam para as patrulhas, não podiam ir armados... Enfim, isto é anacrónico! Repito, é anacrónico.

E eu assumi sempre que nenhuma patrulha, nenhuma missão ia sem que os militares fossem armados. Mas, também assumi que se houvesse um incidente com uma arma de fogo, certamente, seria responsabilizado.

Portanto, isto é um aspeto importante no condicionamento da segurança militar hoje em dia.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas é um condicionamento natural, tendo em conta que os militares são treinados para matar e as forças de segurança são treinadas para defender.

É uma formação completamente distinta que deve ser considerada. Mas essa é uma discussão teórica que, para o caso, não interessa. Não houve, sequer, essa necessidade de empenhamento de forças na medida em que...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado,...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, se quiser dizer alguma coisa, faça favor.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, quero dizer que, em função disso, eu, como CEMGFA, fiz a revisão de uma diretiva que vinha de 1985, que tem a ver com o estado de segurança, precisamente porque não estava ajustada àquilo que o Sr. Deputado disse. Nessa diretiva em caso algum se prevê que os militares infrinjam aquilo que está estabelecido mas, em contrapartida, tem de haver da parte das forças de segurança e da segurança interna aquele complemento que nós não podemos fazer. Daí vir agora à liça aquela articulação operacional que ainda não está, pelo menos que eu saiba e lutei muito por isso também...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas, tanto quanto sabemos, houve passos e evoluções nessas situações de estado de emergência e estado de sítio, que, naturalmente, terão um enquadramento e um empenhamento de forças diferente.

No caso concreto, os militares estavam a defender uma unidade militar, dentro das suas próprias instalações. Portanto, teoricamente, esse problema não se coloca. É uma discussão interessante mas que para o caso não interessa muito.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim, sim.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, há uma outra fase da sua vida, da sua longa carreira militar, que importa aqui também trazer à baila, que é quando assume as funções de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Nessa altura, lida com o furto já como CEMGFA e com as consequências políticas e militares que daí decorreram.

Como é que avalia a gestão do processo após o furto, a questão das exonerações ou demissões provisórias, a restituição ou a devolução do comando aos comandantes das unidades? Como é que viu todo este processo?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Tenho alguma dificuldade em responder-lhe, no plano ético, por isto: falou na exoneração dos comandantes. O Chefe do Estado-Maior do Exército tinha, naturalmente, em cima de si um peso que eu não gostaria de ter tido, e felizmente não tive, mas ele teve.

Pondo-me no lugar dele, é certo que ele pensou em tudo o que poderia fazer de melhor para fazer face à situação. A decisão que ele tomou eu caracterizo-a como singular, solitária, segundo ele próprio referiu e todos os outros generais, e controversa, mas acredito que foi convicta, estando ele convicto que estava a fazer aquilo que considerava melhor naquele momento. Por isso, não me atrevo a fazer nenhum juízo de valor, mas certamente vem daí a questão.

Os dois generais que aqui passaram explicaram também as razões que lhes assistiram para pedirem a demissão e também estou convicto que eles o fizeram convictos que estavam a ser genuínos e respeitosos com eles próprios em função de tudo isso, e também não faço nenhum juízo de valor. Se me pergunta o que eu faria em relação àquilo, não sou capaz de me pôr

nessa posição mas diria que não faria nada daquilo, nem de uns nem de outros.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E, para bom entendedor, meia palavra basta, Sr. General. Agradeço-lhe a resposta.

Falou com o CEME na altura, a propósito deste processo da exoneração?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Nada!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não trocou opiniões com ele?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Soube disso quando estava sentado na minha sala a ver a SIC e soube pela SIC.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Isso é normal, Sr. General?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não tinha de me dar nem formalmente... É uma coisa interna do Exército, foi uma decisão dele, não tinha de me dar conhecimento.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E com o Sr. Ministro da Defesa Nacional chegou a trocar opiniões sobre esta matéria?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Eu?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Nada!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, desconhece a existência ou não de pressões para uma tomada de decisão naquele sentido em que foi tomada?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não posso identificar nenhuma pressão, se houve ou não houve.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Uma última pergunta, genérica, de alguma amplitude, para lhe dar espaço de resposta, que tem a ver já com a fase de recuperação das armas.

Como todos nós presumimos, deve ter sentido um enorme alívio aquando da recuperação do material furtado. Como é que avalia a recuperação? O que é que conhece acerca dessa recuperação? Tem alguma informação acerca desta questão que nos possa transmitir?

Uma pergunta que decorre daqui e que aproveito para lhe colocar tem a ver com a existência da PJM e a necessidade de uma PJM. Conhece bem a posição do PCP e não vou perder tempo a explicá-la, mas refiro-me à necessidade tendo em conta todo este processo.

Terminei as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sobre a recuperação das armas, é muito simples: não tive conhecimento de nada. Só soube quando houve o comunicado. De nada, nada, absolutamente! Sobre a recuperação das armas, não tive conhecimento nenhum — nem pouco nem mais ou menos!

Quando vi o comunicado sobre a recuperação das armas fiquei satisfeito, naturalmente. Já não fiquei satisfeito mais tarde; se as circunstâncias são aquelas que foram noticiadas já não fiquei tão satisfeito.

Em relação à Polícia Judiciária Militar, considero que ela deve continuar a existir, deem-lhe as voltas que derem, portanto, com algum enquadramento semelhante ao que está.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do PSD, com a intervenção do Sr. Deputado José Matos Rosa, a quem passo a palavra.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. General Pina Monteiro e, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradecer os tempos em que prestou serviço ao País e à Pátria e da forma como prestou, sempre com alto nível, sempre com toda a dedicação, o que se verificou pelas várias homenagens e tudo o que foi feito por todos os portugueses em reconhecimento pelo seu trajeto militar.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Muito obrigado.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, não queria deixar de o referir.

Da análise que fiz do percurso do Sr. General, achei pertinente que, quando foi nomeado, um jornal tenha noticiado que o Sr. General era um perito em questões melindrosas na chefia do Exército.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Houve alguém que disse isso, foi?

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Achei pertinente porque diziam: «chamado a acompanhar questões melindrosas, em especial nas áreas do pessoal e organização, sempre se mostrou atento aos movimentos de interesses e ao ambiente interno e externo, mantendo uma coordenação

muito estreita com elementos essenciais, reagindo com celeridade, procurando e conseguindo atuar em antecipação e acompanhar de muito perto todos os detalhes e a evolução dos mesmos.» E diziam também que é «um homem de diálogo fácil». É isso que temos verificado e para integrar as perguntas que lhe vou colocar estas questões são importantes. Esta é também uma questão melindrosa e é importante sabermos que é um homem que sempre encarou as coisas de frente, se posso dizer assim, e que sempre atuou como devia atuar.

O meu colega Deputado Jorge Machado já colocou uma série de questões num sentido e eu iria colocá-las noutra sentido e noutra área do desaparecimento deste material em Tancos.

Gostava que esclarecesse como e onde soube do desaparecimento ocorrido em Tancos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — É muito fácil. Estava em Bruxelas com o Sr. Ministro da Defesa, em 28, 29, e soube em Bruxelas desse acontecimento. Nem acreditava. Quando soube, perguntei: «mas passaram a rede?» Responderam: «Não, não entraram no paiol.» Respondi: «entraram no paiol?! Não pode ser!»

Foi em Bruxelas.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Qual foi a reação do Sr. Ministro? O senhor estava com ele?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Eu estava com o Sr. Ministro e, é evidente, o Sr. Ministro ficou muitíssimo preocupado. Ficou muito preocupado, recebeu indicações do Chefe do Estado-Maior do Exército e fez aquela primeira intervenção sobre isso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Como é que o Sr. General avalia esta ocorrência e de que modo é que este episódio afetou o Exército?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Afetou o Exército e afetou-nos a todos nós, porque o paiol é aquele reduto que não pensamos que algum dia possa ser violado.

Quero dizer-lhe que afetou, teve o impacto público que é conhecido, mas o Exército reagiu e eu, como CEMGFA, não senti nada que depois se refletisse nas missões que lhe foram cometidas. Agora, isto dói.

Fala-se muito em que afetou a credibilidade, etc., e é evidente que a opinião publicada tem o seu impacto mas isto, às vezes, leva a que, depois, se juntem os esforços para que isto possa ir mais além do que aquilo que foi.

É evidente que houve as vicissitudes que conhecemos, que não favoreceram nada a ação de comando e principalmente para o exterior, mas julgo que isso foi tudo ultrapassado, felizmente, e parece-me que hoje está tudo já mais sereno.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, o que acha que terá levado à ocorrência do furto?

Já vários militares que estiveram connosco disseram que foi um fator extra, foi uma conjugação de fatores, em termos genéricos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Aí, espero sinceramente que a Polícia Judiciária descubra quem fez, que tenha o tratamento adequado e seja exemplar para que ninguém mais procure roubar ou descobrir a chave de um paiol, porque, normalmente, é a única forma de entrar nele.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, como é que se pode justificar o surgimento da lista do material roubado num jornal espanhol? Quem é que teve acesso a essa lista?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — A isso não sei responder. Digo-lhe que fiquei surpreendido porque, salvo erro, isso foi logo no dia seguinte,... 29, 30, 31, 1 ou 2. Penso que foi no dia 1...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Foi em 2 que o jornal espanhol divulgou a lista completa.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Parece que foi no dia 2. Não sei como.

Eu tinha a lista e não a difundi. O Exército forneceu a lista à Polícia Judiciária. Não sei, não faço ideia.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sabemos que tiveram acesso à lista a Polícia Judiciária, o Exército...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Que eu saiba! Digo isto porque estive na UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo) e tinha lista e o Exército já tinha dado a lista à Polícia Judiciária.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Ministro também tinha a lista?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não sei, mas devia ter. Não sei, não faço ideia.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Em termos de perigosidade do material desaparecido dos Paióis Nacionais de Tancos, na audição ocorrida na Comissão de Defesa Nacional o Sr. General afirmou que os LAW (*light anti-tank weapon*) não podiam ser utilizados operacionalmente porque já estavam fora de prazo...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Muito bem.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — ... e que, portanto, não havia grande perigosidade e que não havia até — pode-se depreender daí — problemas com atos terroristas. Não podiam ser utilizadas.

Entretanto, o Sr. Primeiro-Ministro afastou uma eventual ligação deste furto ou desaparecimento a organizações terroristas. Afastou isso completamente. Mas o Sr. Ministro da Defesa — e isto é tudo uma série de contradições — não dizia a mesma coisa. Em Castelo Branco, numa cerimónia da Força Aérea, disse: «não há que escondê-lo. Embora não tenhamos nenhum elemento que aponte noutra sentido, há o facto indiscutível de que esse material estará agora a tentar entrar no mercado ilícito de tráfico de armas que podem depois servir para os mais diferentes fins, como o que referiu, o terrorismo.»

O que é que o Sr. General tem a dizer sobre estas questões?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, muito clarinho!

Quando no dia 30, a convite da Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, participei na UCAT, aí foi avaliado por todos que risco significava aquele material furtado.

É evidente que, numa análise genérica, havia ali riscos significativos e sérios se, porventura, caísse nas mãos de um grupo terrorista. Mas foi dito,

e publicamente, que não havia nenhuma ameaça terrorista, não havia indícios disso.

Mas os lança-granadas foguete, e ainda bem que me põe essa questão, porque eu fui muito criticado quando, numa reunião promovida pelo Sr. Primeiro-Ministro em, salvo erro, 11 de julho... Tenho aqui...

**O Sr. José de Matos Rosa (PSD):** — Em 11 de julho de 2017.

**O Sr. Gen. Artur Neves Pina Monteiro:** — Em 11 de julho de 2017. Nessa reunião da UCAT, naquela lista só havia dois itens que eram considerados não perigosos: as granadas inertes e os disparadores, que também não ofereciam perigosidade. E olhando para aquilo, todo o material era considerado operacional, é evidente que os lança-granadas foguete eram o elemento mais perigoso. Eu fiz fogo com eles e, de facto, envolviam risco se caíssem em mãos erradas.

Entretanto, o Exército também referiu, na altura, essa era a razão quantitativa e do estudo detalhado do material só nesse dia é que se ficou a saber que, afinal, os lança granadas — eu nunca utilizei o termo «obsoleto» — não disparavam e estavam para servir na instrução para serem destruídos. Mas eu nunca utilizei o termo «obsoleto», porque um equipamento militar só depois de ser desmilitarizado é que é considerado obsoleto, mas a seguir, a exploração mediática começou a dizer que o material estava todo obsoleto, que isto era para desvalorizar e não era nada para desvalorizar.

Eu fiz aquela intervenção porque não quis que no dia seguinte essa informação aparecesse nos órgãos de comunicação social como tendo sido uma informação ocultada pelo Exército ou pelas Forças Armadas desde o início, porque não foi. Eles estavam obsoletos, hoje posso dizer que estavam obsoletos, não estavam em condições de ser utilizados para o fim a que foram destinados, desde 2012.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Portanto, confirma que houve uma reunião, no dia 30 de junho de 2017, da Unidade de Coordenação Antiterrorista, e confirma também que esteve nessa reunião.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Estive nessa reunião a convite da Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — É verdade que levou, a essa reunião, um parecer onde considerava que o material roubado tinha características letais, poderia ser usado em atos terroristas e que constituía um perigo para a segurança nacional? Só para esclarecermos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não. Eu vi essa notícia à volta da mesa — falo apenas por mim, mas houve outras intervenções —, mas a avaliação era óbvia: se aquele material estivesse em mãos erradas, nomeadamente de uma organização terrorista, poderia deixar de haver risco e haver uma ameaça.

Como não foi identificada nenhuma ameaça terrorista, e isso foi dito publicamente — pelo menos até àquela altura e, depois, felizmente, não se veio a verificar nada disso — não havia ameaça terrorista, havia apenas o risco de ter desaparecido e ter ficado em mãos erradas, mas não houve, e foi público, nenhuma indicação sobre ameaça terrorista nem houve nenhuma alteração de segurança nesse sentido.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Pode dizer-me o que mais foi tratado nessa reunião, relacionado com Tancos?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Na reunião da UCAT? Eu, por uma questão ética, gostaria que fizesse depois essa pergunta à Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, se ela quiser responder. Falei de mim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Tem falado de si e colocarei, depois, essa questão à Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Enfim, foi tratado isto e foi avaliado, pelas diversas individualidades, que medidas deveriam ser tomadas, e foram-no, mas isso não vou aqui revelar.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Com todas estas contradições, em sua opinião, por que é que não foi alterado o estado de segurança nacional, na altura?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não foi reconhecida a necessidade disso, porque não esteve em causa a segurança nacional, com o roubo daquele material. E eu próprio não vi sentido nenhum nisso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, na sua perspetiva, e tendo exatamente em conta esta sua avaliação do risco que constituía o desaparecimento do material, e que foi feita, este processo deveria ter sido entregue à PJ ou à PJM? O que é que, em sua opinião, justifica este mal-estar entre estas duas forças de investigação?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não vou pronunciar-me sobre as razões e os fundamentos que a Sr.<sup>a</sup> Procuradora entendeu para

decidir isso. Decidiu, é público, porque haveria indícios de ligações a organizações terroristas internacionais, mas não sei pronunciar-me sobre isso.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, já disse aqui que a decisão do CEME foi uma decisão solitária, singular e controversa, de admissão dos Srs. Coronéis, comandantes das unidades que garantiam a segurança dos Paióis. Deveriam ter sido exonerados temporariamente? Acha que essa exoneração foi correta?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, a decisão do CEME foi ele quem a tomou e é ele quem tem de dar todas as explicações, se assim o entender. Não vou fazer juízos de valor sobre a decisão que o General CEME tomou nesse sentido.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Se dependesse do si, o Sr. General autorizaria esta demissão temporária, ou esta exoneração temporária?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Essas são hipóteses teóricas. Se fosse consultado dar-lhe-ia a minha opinião.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E qual é, pode saber-se?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Enfim, pedir-lhe-ia para ponderar por mais algum tempo, se calhar, porque foi uma decisão tomada muito rapidamente.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Acha que os Srs. Comandantes seriam um entrave às investigações? «Entrave às investigações» foi a justificação que foi dada.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, eu, enfim, conhecendo apenas e só a razão que foi apontada pelo General CEME, de procurar transparência total e isenção, enfim, isto é admissível. Mas os Comandantes eram os primeiros responsáveis pela segurança. É como digo, foi uma decisão que ele tomou, assumindo todas as responsabilidades, mesmo contra a opinião dos seus generais, e eu não me sinto confortável para criticar a decisão do General CEME.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O General CEME que depende diretamente do Sr. Ministro e do Chefe do Estado-Maior General...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não tinha que dar! Os CEME não têm dependência, nesse sentido, do Chefe do Estado-Maior-General.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Acha que houve pressões políticas, do Sr. Ministro, sobre o CEME para que suspendesse e arranjasse uma questão que resolvesse as questões mediáticas do desaparecimento do...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Ó Sr. Deputado, eu oiço falar de tanta pressão, tanta pressão! Não conheço pressões nenhuma nem acredito que o Sr. Ministro andasse ali: «Veja lá, faça lá isto, faça lá aquilo». Não tenho conhecimento nenhum disso!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — A formação do CEME, que é um militar de carreira, à partida, eu, pelo menos, não vejo que fosse tomar uma posição daquelas! E vários Srs. Generais que aqui estiveram também se mostraram incomodados com aquela tomada de posição. Sendo um oficial de carreira, um general, um homem que deu provas de lealdade ao Exército e às Forças Armadas, acha que é correta esta situação, esta exoneração temporária?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, eu já disse aqui que é uma situação que é desconfortante para mim, porque fui CEMGFA, tinha o Chefe do Estado-Maior do Exército e eu não me sinto confortável a meter aqui, como se diz, «lenha na fogueira».

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Mas nós, tendo o conhecimento das questões, temos de «meter lenha na fogueira», Sr. General. Desculpe lá, mas é para utilizar as suas palavras!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, enquanto fui Chefe Militar sempre pugnei por três coisas: unidade, coesão e disciplina.

Mas, em muitas situações, abdiquei! Quando alguma coisa podia ferir a coesão eu preferia adiar, abdicar ou até deixar cair, desde que não fosse... Porque isso era fundamental.

Portanto, esse período abriu ali brechas na coesão do Exército e, enfim, há quem culpe apenas o Chefe do Estado-Maior, e há outros que não culpam só o Chefe do Estado-Maior. Foi essa pressão do assalto a Tancos que, por si, certamente, levou a que houvessem divergências quanto ao caminho a seguir, mas quando há divergências, o que conta é a decisão do comandante.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Esta decisão do General Rovisco foi-lhe comunicada previamente? Já disse que não...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — E as demissões dos generais Menezes e Calçada, na sequência desta exoneração? O que é que acha destas demissões e das razões apontadas?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Ó Sr. Deputado, o General Calçada e o General Menezes entenderam que a decisão do Chefe ultrapassava a sua consciência e os seus princípios como Chefe Militar. Entenderam assim e pediram a exoneração. Pediram a exoneração e... está feito.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. General, se me permite, com a frontalidade que lhe conheço e com a minha pequena frontalidade, ou grande frontalidade, também,...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim, sim... (*Risos*).

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — ... então, assim, a culpa morreu solteira e as demissões dos Generais Menezes e Calçada, as exonerações dos Srs. Comandantes e o coitado do soldado, do cabo e do sargento...

A culpa morreu solteira, mesmo, e não valeu a pena estas demissões e a luta que tiveram pelo Exército, pelas Forças Amadas e pelo Estado português!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não! Valeu, valeu! Não quero dizer isso. Eu tenho muito respeito pelos três, que os conheço, há muito, e se cada um agiu em consciência, de acordo com as suas próprias convicções e se havia ali uma divergência insanável, eles optaram por sair e eu respeito isso. Como também tenho que respeitar a posição do Chefe do Estado-Maior que, solitariamente, estava convencido de que aquela decisão que tinha tomado era a boa, independentemente de depois se poder concluir, se ele concluiu, que poderia ter sido de forma diferente.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. General esteve numa reunião em São Bento, aqui atrás, na residência oficial do Sr. Primeiro-Ministro, no dia 11 de julho de 2017, e já se referiu a ela aqui.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim, sim.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — O Sr. Primeiro-Ministro referiu que «o Governo está tranquilo quando o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os três chefes dos ramos asseguram ao País a segurança das instalações militares».

Mas, entretanto, as instalações militares não estavam seguras. Bastou que tivesse havido as mudanças do material que estava em Tancos, que já tinha sido assaltado, para outras instalações militares e o Sr. Ministro declarou que o material que lá estava ia ser transferido. E o Sr. General estava a fazer um estudo para saber o que é que iria fazer à situação de Tancos e aos Países Nacionais de Tancos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não, não.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não? Então...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Eu não referi isso. Recordando: nessa reunião, o Sr. Primeiro-Ministro solicitou aos chefes do Estado-Maior dos ramos que fizessem uma avaliação da situação de segurança das infraestruturas militares, de modo abrangente.

Cada um fez a sua avaliação e, designadamente, o Chefe do Estado-Maior do Exército abordou o caso de Tancos e medidas que se propunha tomar ou que já estavam em curso e, a seguir, o Sr. Primeiro-Ministro ficou esclarecido, ciente de que havia lacunas que iriam ser... Com certeza que haveria melhores condições do que as que suscitou, que estavam coxas.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Só para concluir, Sr. Presidente.

É que, na altura, o Sr. Primeiro-Ministro agradeceu ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao Chefe do Estado-Maior do Exército, por terem assumido as suas responsabilidades, e manifestou solidariedade ao General Rovisco Duarte, pela forma como exerceu e continua a exercer o seu comando, e até aos militares que eram comandantes das unidades.

É estranho que, depois, estas coisas tenham mudado todas. Terá havido, da parte do Sr. Ministro e do Sr. CEME, algum acordo para resolver as coisas de outra maneira, a descontento das Forças Armadas e do próprio Primeiro-Ministro? Há aqui contradições que não consigo perceber, por isso é que queria a sua ajuda.

Peço desculpa, Sr. Presidente, e agradeço desde já ao Sr. General, porque já não vou falar mais.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, enfim, não vejo contradições. Houve algo que ocorreu e foram tomadas medidas, medidas imediatas e medidas a médio e a longo prazos.

Aqueles últimos despachos do Sr. Ministro da Defesa que referi foram já resultado das inspeções e das auditorias que foram feitas, sobre coisas importantes. Por exemplo, estou a lembrar-me que um desses trabalhos tem a ver com o armazenamento e o transporte de explosivos, porque, como certamente os Srs. Deputados sabem, não há diploma legal que regule isso. Não há um único! Há para os civis, só que não se aplica às Forças Armadas.

Fizemos esse trabalho no prazo de 60 dias, entregámo-lo ao Sr. Ministro da Defesa, que concordou, e o CEMGFA fez uma diretiva para os ramos, que tem 38 páginas — tenho-a aqui, mas é reservada — e em que está tudo regulado e não fica...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — A Comissão conhece.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Conhece? Então, pronto!

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Ó Sr. Deputado, fui eu que coloquei a questão, não era para o Sr. Deputado dizer que conhece ou desconhece! Com todo o respeito!...

*Vozes impercetíveis.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. General, faça o favor de elucidar o Sr. Deputado, que, legitimamente, não conhece ou que quer que o Sr. General se pronuncie.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não sei se...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Não conheço, não conheço!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Portanto, o Despacho n.º 57/MDN/2017, do Sr. Ministro da Defesa, atribuiu ao CEMGFA o trabalho que desenvolvi com os chefes dos estados-maiores dos ramos e também com a segurança interna, no sentido de identificar uma norma de segurança sobre armazenamento e transporte de material militar.

Isto envolveu juristas, na medida em que não havia, não há e atrevia-me a dizer que deveria haver um diploma legal, imperativo — porque uma diretiva é uma diretiva — para regular isto também para a parte militar. Hoje, nesta diretiva — que é classificada, pelo que não me vou alongar muito —, refere-se o que é um paiol, que segurança deve ter, as rondas... Tudo isso! Sobre o transporte, o único elemento de referência, em termos nacionais, para nós, é o Código da Estrada, que prevê como se deve regular o transporte deste tipo de material. Esta é uma diretiva com 43 páginas...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Tem 38 páginas.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim, 38 páginas.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo que tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria da Luz Rosinha, nos mesmos termos.

A Sr.ª **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.ªs e os Srs. Deputados e também o Sr. General Pina Monteiro, reiterando os cumprimentos que já lhe foram sucessivamente apresentados.

Sr. General, como percebeu, com frequência repetimos as questões, o que é natural, pois elas andam à volta da mesma matéria e, muitas vezes, não ficamos absolutamente esclarecidos.

O Sr. General Pina Monteiro era Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas ao tempo dos acontecimentos de Tancos e continuou a sê-lo até 2018, altura em que passou à reserva.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — À reforma.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Exatamente, por limite de idade.

Para esta Comissão, é muito importante ouvir o Sr. General, desde logo, pela importância das funções que desempenhou, pelo currículo que tem e por aquela que tem sido a sua atitude ao longo da vida militar.

Já foram feitas muitas audições e, em algumas delas, também tivemos oportunidade de dar conta do sentimento, por parte de alguns que aqui vieram — o Sr. General há pouco referiu que isto tinha sido um «murro no estômago» —, de que as coisas poderiam e deveriam ter acontecido de maneira diferente. Porque o nosso objetivo é, efetivamente, tentar perceber o que é que correu menos bem, vou ter de lhe colocar algumas questões.

Desde logo, apesar de o Sr. General já ter referido esta questão, vou retomá-la. Aliás, gostaria de lhe dar conta de que, como foi dito pelo Sr. Presidente no início desta nossa audição, esta Comissão destina-se a apurar as responsabilidades políticas e, portanto, vamos lá perceber se as há ou não.

O Sr. General é, efetivamente, uma pessoa importante e cuja opinião é importante. Já aflorou ligeiramente este assunto, mas queria perguntar-lhe se considera que possa ter havido alguma interferência política no processo de Tancos. No tempo em que foi Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, sentiu alguma pressão, alguma interferência política ilegal, ilegítima, descontextualizada, até, no processo relacionado com o furto? Uma vez que estava fora, até com o Sr. Ministro, pergunto-lhe se aconteceu alguma destas coisas.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Interferência política...  
Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigado pela pergunta.

Só quero dizer que o que vi sempre da parte política, do Sr. Ministro, do Sr. Presidente da República, foi uma grande preocupação em procurar identificar como foi e quem foi, e esse era o nosso desejo também. Nunca interpretei qualquer declaração pública, por exemplo, do Sr. Ministro como uma interferência no processo. Enfim, os estilos são o que são, mas nunca interpretei isso.

Agora, objetivamente, quanto às decisões formais do Sr. Ministro, que são aquelas que interessam, o Sr. Ministro tomou as decisões que tomou de imediato para ter uma percepção mais geral e concreta do que era a segurança nos restantes ramos. Isso foi feito, em tempo recorde, o resultado foi apresentado e o Sr. Primeiro-Ministro também fez isso.

Portanto, o que vi foi preocupação, que também começa pela letra «p», mas preocupação é uma coisa,...

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Pressão é outra!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — ... pressão é: «Faça lá isto!» Eu não tive! Eu não tive, e não tive conhecimento de que isso fosse assim, porque, então, ainda ia complicar mais o sistema.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Já nos disse, e agora reafirmou, que o sentimento do Sr. Ministro — com quem estava, quando tiveram conhecimento do sucedido — foi de preocupação, sentimento que, aliás, foi também o seu.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — E grande!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Exatamente, segundo deu conta, o sentimento foi de surpresa,...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — De surpresa, sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — ... de como tinha sido possível acontecer tal coisa, e também de grande preocupação.

Nestas coisas, a distância ajuda-nos sempre a ter outro olhar sobre os acontecimentos, pelo que lhe pergunto, hoje, passado já um ano sobre os acontecimentos, qual é o seu sentimento em relação ao que sucedeu.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Primeiro, o meu sentimento é o de que isto não podia ter acontecido; mas aconteceu, e há que tirar ilações do que aconteceu e procurar, seja no plano político, seja no plano militar, fazer tudo para que isto não possa voltar a acontecer, com a percepção de que não há impossíveis. Não há impossíveis e, numa avaliação de risco improvável, o 1% pode acontecer. Como dizíamos na gíria militar, quando fazíamos a segurança das armas: «Pá, cuidado que o diabo pode disparar, mesmo com a tranca ao contrário!»

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Então, nesse caso, tendo em conta que o assunto aconteceu e que tinha havido já situações prévias de verificação, através das inspeções, de quais eram as condições de segurança e do que era necessário fazer, pergunto-lhe se partilhou, quer com o Ministro Aguiar Branco, ao tempo, quer, posteriormente, com o Ministro Azeredo Lopes, as preocupações relativamente aos Paióis de Tancos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Portanto, enquanto fui Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ministro Aguiar Branco sabia certamente que eu estava preocupado com a segurança, porque tinha de saber onde gastava dinheiro. Era um esforço que eu fazia e fui acompanhado nisso.

Nunca lhe pus a questão dos paióis, porque ela estava assumida já pelo antecedente. Era preciso era desenvolver e andar com isso e, por isso mesmo, foram declarados obsoletos. A manifestação de necessidade nasce nessa altura e desenvolve-se, depois, todo o processo, para culminar no SICAVE e no financiamento que era necessário, em termos de Lei de Programação Militar, porque os tempos não eram, e não são, para haver orçamentos gordos para tudo isto.

Em relação ao Sr. Ministro Azeredo Lopes, eu não tinha a tutela de Tancos, não tinha nada, mas partilhava com ele as questões de segurança.

Posso falar de um outro aspeto importante sobre a segurança. Ainda me lembro de, na altura em que eu era Comandante Operacional das Forças Terrestres, num dado *Orion*, termos feito um exercício de teste em que simulávamos o acionamento dos planos de defesa das unidades, precisamente para detetar vulnerabilidades.

Isso foi feito, ainda nessa altura, depois, quando fui Chefe do Estado-Maior do Exército, continuou a ser feito e, enquanto CEMGFA, fizemos o exercício conjunto *Lusitano 2016*. Eu convidei a Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral de Segurança Interna para participar no exercício e o Sr. Ministro da Defesa convidou as forças de segurança para participarem no exercício, no sentido de identificarmos de que forma é que se podia fazer a articulação operacional com o Secretário-Geral da Segurança Interna. Tivemos um contacto muito estreito, discutimos muito isso, em termos de aproximação, para ver se havia uma alteração do paradigma da fronteira entre a segurança interna e a segurança externa.

Também em termos de segurança — e agora tenho de dizer isto, porque foi real —, em 2015, tivemos em Portugal um dos maiores exercícios da NATO (North Atlantic Treaty Organization), o *Trident Juncture 15*, em que as questões de segurança foram colocadas ao rubro. Nessa altura, foi possível, de uma forma tranquila, acomodar a coordenação com sete ou oito ministérios, conjuntamente, de todos os paradigmas de segurança, com milhares de toneladas de material estrangeiro que entrou em Portugal, deslocando-se do Porto de Setúbal para Santa Margarida, entre navios e aviões, e considerou-se, muito justamente e com orgulho, que não tivemos nenhum incidente em relação à organização e à segurança.

Por isso, queria referir que foi possível trabalhar muito bem com as forças de segurança e diria que foi apenas devido ao facto de o Primeiro-Ministro ter aceitado a minha sugestão e ter feito um despacho claramente a atribuir responsabilidades de coordenação ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, para coordenar tudo.

Isto foi uma boa articulação com a parte da segurança interna.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. General, das anteriores audições que tivemos resultou, e hoje isso já aqui também foi abordado, que houve uma grande rapidez nas decisões tomadas, desde logo, pelo Sr. General Rovisco Duarte com a exoneração dos respetivos comandantes.

Já sabemos que esta decisão não foi partilhada consigo,...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — ... o que nos dá conta de um envolvimento institucional muito reduzido da parte do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas neste processo.

Isto pode ser mesmo um imperativo institucional; não vamos considerar que foi por uma questão de prudência que não se envolveu, que não houve essa partilha e, portanto, não houve condições para um aconselhamento, para troca de opiniões, o que levou, inclusivamente, à demissão dos Generais Menezes e Calçada, que já aqui estiveram e deram conta disso mesmo.

Acontece que, após a exoneração dos coronéis, as responsabilidades ficaram ao nível de um soldado, um cabo, um sargento e, depois, de um oficial menor. E, aí, coloca-se uma questão: perceber se, efetivamente, a hierarquia militar não tinha uma responsabilidade a nível superior, em todo este processo, que devesse também ter sido sancionada.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Mais uma vez, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas não me consultou antes e não tinha de consultar. *A posteriori* procurei saber, na conversa, as razões; e a razão foi aquela que ele expressou: transparência e isenção para poder investigar abertamente.

É evidente que ele assumiu, totalmente, essas responsabilidades.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Assumiu totalmente na decisão que tomou, não assumiu porque não pôs em causa, na altura, o seu cargo também. Isso veio a acontecer só mais tarde, por outras razões.

O Sr. General terá, com certeza, acompanhado todas estas audições, ainda que não em pormenor, decerto de uma maneira global.

Na nossa opinião, colocam-se aqui duas leituras do que deve ser o Exército. Com a sua experiência e sabedoria na matéria, gostaria que nos pudesse também dar uma opinião. Uma é a de um Exército mais moderno,...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa pela interrupção. Pedia aos Srs. Deputados um pouco menos de ruído na sala. A sala não tem as melhores condições para que haja conversas paralelas.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

Como dizia, há uma leitura de que o Exército deve ser mais moderno, assumida pelo General Rovisco Duarte, que queria afirmar a transparência da coisa militar — como, aliás, o Sr. General acabou de dizer, sendo essa a explicação que lhe foi dada —, a adequação ao Estado de direito, e que se revelou no caso dos Comandos, da manutenção militar e em Tancos.

Há uma outra leitura, já mais antiga — diria eu —, que entende que as Forças Armadas devem estar afastadas da sindicância política e pública.

Não encontrou, na forma de reagir às notícias de vários órgãos da comunicação social — e sabemos que, na altura, foram muitas e diversificadas —, por parte de alguns generais, uma leitura inadequada do tempo em que vivemos, da democracia e da comunicação de hoje em dia?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada vou responder-lhe, dizendo o que penso: eu sempre fui pouco pródigo em andar nas luzes da ribalta, como se costuma dizer.

Os militares devem ser discretos na sua ação, exigentes entre portas e, portanto, não aprecio — e quem me conhece, sabe-o — ver militares a transferirem divergências para a praça pública ou a utilizarem a praça pública para promoção pessoal ou para dar entrevistas. Toda a gente sabe disso.

Não critico, nem ponho em causa a liberdade de expressão de ninguém, mas, nomeadamente para os militares no ativo, isso é proibitivo. Para os militares na reserva, na minha perspetiva, a ética deve prevalecer, para que sejam contidos — é a minha perspetiva. Mas a liberdade de expressão nunca estará em causa.

Esta é a minha postura, foi sempre a minha postura em relação à utilização da praça pública para mostrar, enfim, dissabores, desavenças, divergências, etc.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Antes de terminar o meu tempo, vou fazer-lhe mais duas perguntas, nesta ronda.

Concorda com a afirmação de que este problema, que aconteceu em Tancos, se deveu, em parte, a uma falha do Exército? Para além das condições que se sabe que existiam, houve, efetivamente, alguns problemas na linha de comando? Há responsabilidade militar no que aconteceu?

Junto já uma segunda pergunta: Considera que, em algum momento, esteve em causa a segurança nacional, com o que aconteceu?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, julgo que foi aqui dito, por vários intervenientes anteriores, nas audições a militares, que houve falha militar.

Houve falhas! Houve falhas e os que, naquele dia, estavam de serviço, objetivamente, têm responsabilidades específicas. E para trás, naturalmente houve falhas. Não foram intencionais, mas houve. Houve, porque chegámos àquele estado.

Portanto, nenhum responsável dos que já cá esteve disse o contrário e o Chefe do Estado-Maior do Exército assumiu isso, publicamente, e aqui nesta Assembleia. Foi ele que o assumiu, porque era ele que estava no exercício, nessa altura. Se acontecesse comigo teria sido eu.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Já tivemos aqui oportunidade de ouvir dizer que o General Rovisco Duarte tinha sido um General sem sorte. Subscrive essa afirmação?

Tivemos o episódio da recuperação do material militar na Chamusca. Não lhe parece, Sr. General, que o achamento desse material tem, em si, alguns contornos estranhos, mesmo insólitos?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Como já disse, quando ouvi a notícia, fiquei satisfeito com o achamento do material.

Mas disse assim: «Bem, isto foi investigação. A investigação deu isto, ainda bem.» Não tenho condições para me pronunciar mais sobre o carácter insólito, como referiu, disso.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é para que efeito?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, era para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos futuros.

Depois de termos ouvido o Sr. General Jerónimo e o Sr. General Pina Monteiro e de ambos afirmarem que não comunicaram ao Sr. Ministro Aguiar Branco nenhuma falha de segurança em Tancos, nem, por essa via também, reclamaram do Sr. Ministro Aguiar Branco qualquer apoio complementar de natureza financeira, o Partido Socialista retira, assim, a chamada do Sr. Ex-Ministro Aguiar Branco aqui ao Parlamento, porque já não faz sentido, uma vez que todas as questões ficaram a um nível militar.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista que haverá uma alteração na lista de depoimentos.

Veremos se é o único requerente. Se assim for, produz efeitos imediatamente.

Tem, agora, a palavra o Sr. João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. General Pina Monteiro, em nome do Bloco de Esquerda. O Sr. General já respondeu a diversas questões, pelo que procurarei não me repetir.

De qualquer modo, perguntava — tendo em conta que o Sr. General, na altura, disse, face aos acontecimentos de Tancos, que se sentiu como se tivesse levado um murro no estômago — se alguma vez ponderou demitir-se, fruto desses acontecimentos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sobre isso? Não, nunca.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Ficou preocupado com as demissões dos Srs. Generais do comando de pessoal e das forças terrestres?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Como já disse, fiquei, naturalmente, preocupado, porque era patente uma quebra da coesão no comando do Exército e que tinha, naturalmente, significado naquele quadro, envolvendo o assalto de Tancos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, sentiu que o Exército ficou desunido com as exonerações dos cinco comandantes?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Os factos seguintes demonstraram que foi uma decisão que o Chefe do Estado-Maior tomou que não teve, provavelmente, os resultados que ele pretendia, porque houve ali uma divisão de opiniões e de convergências ao nível superior e que se

traduziram nas demissões dos dois Generais, naturalmente com dificuldades acrescidas para gerar o processo.

Em termos globais do Exército, este também se sentiu, com certeza, mas, enfim, passado o tempo, o Exército tem de continuar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. General também disse que não sabe se houve pressões superiores para a exoneração desses comandantes. Vamos também falar aqui de outros comandantes de unidades, que poderiam ter acertado uma estratégia de comunicação.

Perguntava ao Sr. General se era preciso tomar alguma iniciativa, alguma atitude, eventualmente uma cortina de fumo, para sossegar a opinião pública?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não tenho conhecimento disso. Não tenho conhecimento disso e não foi essa a razão que o Chefe do Estado-Maior apontou, publicamente. A mim, pessoalmente, apontou como razão a necessidade de transparência, isenção, etc. Era a convicção dele, é essa a ideia que eu tenho.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Alguns generais que aqui estiveram produziram algumas afirmações, como, por exemplo: «a gestão político-militar subsequente a Tancos foi desastrosa»; «os militares são responsáveis, mas os políticos também têm de assumir as suas responsabilidades»; «a exoneração dos comandantes foi um ato inqualificável, embora legítimo»; «as exonerações foram um atentado à família militar»; «assisti ao momento mais vergonhoso da minha vida militar»; «os militares não têm culpas isoladas, têm culpas, mas não estão sozinhos»; ou ainda, de um outro General, «não queria ficar debaixo do comando de um General que faz isto a cinco comandantes».

O Sr. General não considera que estas são afirmações de alguma gravidade?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Enfim, cada um que as faz assume-as e, portanto, não me vou pronunciar sobre as afirmações que outros fizeram.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que poderá ter havido cumplicidade interna que, eventualmente, tenha levado ao furto do armamento de Tancos?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, não tenho nada de concreto, mas parece-me que, daquilo que veio a público, pode ter havido — e se calhar houve. Porque para obter as informações, sobre tudo o que se passou, e entrar, admitiria que houve cumplicidade de alguém que estava, ou que esteve, que transmitiu a forma mais fácil de entrar num paiol, que é pela porta.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera, com certeza, que, para o roubo do material, terão contribuído erros estruturais e sistémicos, nomeadamente ao nível da falha da videovigilância, dos sensores, etc.?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim, já tive aqui a oportunidade, em intervenções anteriores, de fazer uma abordagem de algum tempo, desde o início, e reconheço que houve formas não ajustadas como os factos vieram a demonstrar e que espero que se possam corrigir.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nos últimos tempos tivemos acontecimentos que provocaram algum mal-estar, diria até alguma

animosidade, entre as chefias militares, os Srs. Generais, com o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército e até com o anterior Ministro. Refiro-me, por exemplo, às questões do Colégio Militar e às questões ligadas aos Comandos.

O Sr. General concorda que, efetivamente, a situação de clima existente...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — A situação de...?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — ... do clima existente não era assim muito boa e que havia uma certa animosidade quando se deram os acontecimentos de Tancos e que estes teriam levado ao espoletar de todas estas situações, agravando este clima entre os oficiais, os generais e o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército e com o anterior Ministro?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, tenho alguma relutância em estar a falar sobre as questões internas que se passaram no Exército.

Mas é evidente que tudo aquilo que transpareça para o exterior e que tem ver com a menor coesão ou menor unidade do Exército não é positivo para a imagem do Exército, nem das Forças Armadas, por arrastamento. No entanto, as situações que surgem têm de ser enfrentadas e resolvidas.

Mencionou os Comandos, mencionou o Colégio Militar: foram situações que existiram e que tiveram de ser resolvidas e, quando é assim, quem decide, normalmente, está sempre só e sujeito a todas as críticas. Essas críticas, normalmente devem ser ditas no interior, e não para o exterior, e é aí que se resolvem as questões. Quando elas passam para o exterior, assumem outras dimensões que são de evitar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera, então, que a atuação da tutela, do poder político e até militar, nomeadamente em relação ao Colégio Militar e até aos Comandos, não tinha sido a mais correta?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não disse isso, nem vou pronunciar-me em relação a essa questão, porque a tutela tem o direito de syndicar as situações que existem quando elas afetam um ramo e afetam o clima que existe, em termos de ambiente externo, para a defesa nacional. Mas não me vou pronunciar sobre isso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — É que deu a entender, pelo menos ao Bloco de Esquerda, que, da parte de alguns Srs. Oficiais Generais, a atuação não teria sido muito aceitável e que, nomeadamente, o Sr. Ministro não teria atuado bem na questão do Colégio Militar.

Por acaso, consideramos que o Sr. Ministro atuou bem ao pedir explicações, face a uma situação existente que não podia continuar. Do nosso ponto de vista, consideramos que foi correto, até porque a questão do Colégio Militar já havia vindo a público duas ou três vezes. Da nossa parte, esta Comissão Parlamentar de Inquérito nunca poderá servir para branquear aquela situação no Colégio Militar.

Em relação aos Comandos, também se disse que o Sr. Ministro, enfim, não teria manifestado a total solidariedade para com os militares. Daí que, quando chegámos à situação de Tancos a situação, de facto, estava tensa.

O que perguntava ao Sr. General é se teve conhecimento de um movimento de entrega das espadas, na altura, frente ao palácio de Belém e se, enfim, tomou alguma atitude, relativamente a essa matéria.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sobre essa parte que refere, digo-lhe que não, que nunca apoiaria uma manifestação daquelas.

Nunca apoiaria, não podia tomar nenhuma atitude, porque era pessoal na reserva e não temos qualquer tutela sobre a reserva, nem disciplinar, nem qualquer outra. Ainda poderia ser acusado de estar a interferir na liberdade do que quer que fosse.

Portanto, não foi uma boa ação para a imagem dos militares. Não ponho em causa as intenções, porque as intenções... Mas a imagem não foi boa, foi má!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, terá desaconselhado, pressupõe-se, essa eventual manifestação?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não me pediram satisfação nenhuma para a fazer. Se me tivessem pedido, eu não teria aconselhado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, não concordou com...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não, não poderia concordar com uma coisa daquelas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, quando assumiu o comando de Chefe do Estado-Maior do Exército ou mesmo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas — já aqui o referiu — sabia exatamente qual era a situação dos Países Nacionais de Tancos, nomeadamente em relação à videovigilância, aos sensores.

Há muito relatórios, efetivamente, que chamam a atenção para essas deficiências, para material que não tinha reparação possível...

O Sr. General disse que nunca chegou a reportar isso, essas deficiências, ao poder político.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — O que eu disse e volto a repetir, foi que, quando assumi a chefia do Exército, assumi como prioridade a segurança militar e a segurança do material de guerra, em toda a sua plenitude.

A questão dos Paióis de Tancos já vinha de trás e ainda não tinha dado o passo decisivo que era avançar para a decisão de obsolescência e manifestação de necessidade para se iniciar o processo de escolha de outro sistema.

Isso foi feito, num altura difícil, numa altura de transformação, incluindo no Comando de Logística e, posteriormente, a evolução foi no sentido de se fazer o que se podia fazer já e de se devolver projetos para aquilo que necessitava de projetos, o que culminou, depois, no projeto SICAVE, que teria o seu caminho, com o financiamento que foi possível arranjar.

Já não foi comigo — eu estive só dois anos e um mês como Chefe do Estado-Maior do Exército —, mas teve, depois, continuação com os outros chefes, na medida do que era possível andar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Em relação ao projeto SICAVE, em 2015 foram realizados diversos contratos, para várias instalações do Exército, mas, curiosamente, nenhum foi direcionado para os sistemas dos Paióis Nacionais de Tancos.

Qual é a razão, como é que se explica esta situação, tendo em conta que era uma infraestrutura de elevada sensibilidade militar e até havia indicações nos relatórios, quando, afinal nada foi feito, logo em 2015, nos Paióis Nacionais de Tancos? O Sr. General tem alguma explicação para este facto?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, nessa altura, eu já era Chefe do Estado-Maior-General. Penso que o General Jerónimo deu aqui as explicações em relação a essas questões e não queria sobrepor a ele.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, confirma que a orientação era para manter na componente operacional e reduzir na componente fixa?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não estou a perceber.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Passo a explicar melhor: as orientações, as prioridades eram, por exemplo, apostar, investir nas missões externas, por exemplo, nas FND (forças nacionais destacadas), componente operacional, mas as infraestruturas físicas, como os Paióis Nacionais de Tancos, passavam para outra prioridade.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não, Sr. Deputado, as missões externas, na altura, até foram reduzidas, em termos de financiamento, em 25 milhões,...

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como em tudo, como em tudo!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — ... se não me engano.

Procurou-se, sim, na altura, alguma concentração, nomeadamente em Lisboa e no Porto, daquilo que estava disperso para haver economia de escala. Procurou preservar-se as Unidades da componente fixa, que é indispensável para o produto operacional, não extinguir Unidades — que me lembre, só o Regime de Engenharia da Pontinha que saiu. Procurou-se também reforçar aquilo que é o produto do Exército que é a parte

operacional, as forças operacionais, tentando economizar e rentabilizar os serviços em economia de escala, não os dispersando.

Foi essa a ideia porque havia uma redução de efetivos, que já vinha de trás e que, em 2012, com o ajustamento estrutural, prosseguiu, apontando-se para 30 000, 32 000, que foi o que ficou.

Agora, os projetos, as prioridades que cada Chefe define, depois, tem de as cumprir.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que era possível transportar aquele material de guerra furtado em carrinhos de mão, por exemplo, percorrendo uma distância de 500 m?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se era possível? Acho que sim!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Em carrinhos de mão?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim. Aquilo não era mais do que 300 kg. Não sei se foi em carrinhos de mão!

*Risos.*

Possível, é, tinham de fazer carreirinhos. Não sei!

Mas pode ser que a investigação, espero, dê conta disso.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E que o valor do material furtado andaria à volta dos 34 000 €? Mantém essa posição?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — O valor do material?

O valor do material foi o que o Exército declarou e que equivale ao valor patrimonial.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o ex-Ministro e ex-Deputado Aguiar Branco, além do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi arrolado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo que o requerimento do Sr. Deputado Ascenso Simões não tem o efeito de retirar, por ora, da lista de depoentes. Fica apenas esta informação.

Agora, para concluir a primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar, em nome do CDS-PP, o Sr. General Pina Monteiro.

Colocaria as perguntas seguindo uma sequência clara. O assalto, como o Sr. General hoje em dia sabe, foi descoberto a 28 de junho, mas o Sr. General só soube a 29. Já nos contou como é que teve conhecimento, disse que estava em Bruxelas com o Sr. Ministro da Defesa Nacional. Que explicação é que lhe foi dada para só ter sido informado um dia depois? E que indicações foram dadas quer por si, quer pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional ao Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Portanto, de facto, só soube no dia 29. Não sei porquê. Mas no dia 28 não vi o Sr. Ministro quando recebeu as comunicações e ele não me disse nada. Só soube a 29.

Aliás, o Sr. Ministro também refere que ficou a aguardar informações mais detalhadas da primeira informação que o General Rovisco lhe deu. Eu só tive conhecimento no dia 29.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o que é que o Sr. Ministro lhe disse?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Que tinha acontecido isto! Ainda não se sabia o que é que tinha saído, não havia listas, nada! Mas que havia material desaparecido, que estava a ser contabilizado e que o Chefe do Estado-Maior ia informar. A lista foi fornecida no dia 30 de manhã.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, mas o Sr. Ministro disse-lhe que indicações tinha dado ao Sr. General CEME, nomeadamente em termos de comunicação pública relativamente ao...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não! Não, disse-me que o Exército ia fazer um comunicado; disse isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E explicou-lhe quais seriam os termos do comunicado?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não, não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General sabe que a Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna disse à Comissão de Defesa Nacional que tinha sabido pelos jornais do ocorrido. Acha isso normal?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Enfim... Só sabia pelos jornais?

Eu sei que, quando ocorreu o incidente, e isto é a norma, foi descoberto e imediatamente comunicado à Polícia Judiciária Militar. No caso vertente,

também foi comunicado à Polícia Judiciária, à Procuradora de turno que estava de serviço e à GNR. A partir daí o Exército assume que isto anda.

Mas a Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, quando cheguei a Lisboa, de regresso, no dia 29 à noite, tinha um telefonema, saí do avião, falei-lhe e combinámos um encontro no dia seguinte para falar sobre isto. No dia seguinte, houve a tal reunião da UCAT na qual fui convidado para participar e na qual estive presente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, mas como explica esta falta de coordenação?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — A falta de coordenação de quê?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Que leva ao facto de a Secretária-Geral ter sabido do ocorrido pelos jornais.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Ai, isso não posso explicar-lhe. Não posso explicar, porque a segurança interna tem os seus meios de comunicação.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, mas não acometia ao Sr. Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas fazer essa comunicação à UCAT, uma vez que esteve presente na reunião a seguir e que a ligação é feita...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — No dia 29, já no fim do dia, falei com a Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, nessa altura, já tinha saído o comunicado do Exército?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Já tinha saído o comunicado do Exército e foi em função disso que nós falámos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não ocorreu ao Sr. General, na altura Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, a quem cabia fazer a ligação...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não, porque ainda nem tinha conhecimento concreto do que tinha acontecido.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E quando teve conhecimento concreto?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Tive conhecimento no dia 30, de manhã, quando recebi a lista do material desaparecido.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Recebeu a lista de manhã. Teve uma reunião prévia com a Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Fui logo imediatamente ter com ela, nessa manhã.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — De que constou a reunião?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Na reunião, a Sr.<sup>a</sup> Secretária disse que ia convocar uma reunião da UCAT para esse mesmo dia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o que transmitiu à Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — O que é que transmiti? O que conhecia, a lista do material desaparecido, que, depois, foi para a UCAT, onde foi tratada de forma mais, enfim, valorativa, com os dados disponíveis.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. General transmitiu alguma valoração quanto ao que tinha ocorrido, alguma suspeita?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Nada disso. Não tinha elemento nenhum sobre isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nem uma avaliação sobre a perigosidade do material?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Com a informação da lista de material que estava lá, fiz, todos fizemos... Para ver o risco que estava potencial sobre a natureza e o tipo do material. Isso fizemos!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, pedia-lhe que esclarecesse aqui algumas expressões que foram utilizadas ao longo deste processo pelo Sr. General. A 30 de junho, na UCAT, o Sr. General diz que o material tem características «altamente letais». A 11 de julho, diz que o material estava «obsoleto» e, depois, a 25 de julho, vai à Comissão de

Defesa Nacional e diz que o material é perigoso, mas critica o «alarmismo para além do razoável».

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, permita-me que o corrija, pois, no dia 11, não disse que o material estava o «obsoleto».

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então corrija e explique.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se quiser, forneço-lhe por escrito as declarações que fiz.

O que disse, no final daquela reunião, foi tão-só que os lança-granadas foguete estavam inoperacionais, não estavam em condições de serem utilizados para a finalidade para que foram concebidos, ou seja, não funcionavam. Foi isso que disse, mas só em relação aos lança-granadas foguete.

Esta informação era muito pertinente, na medida em que já tinha, na UCAT, toda a avaliação que tinha sido feita pressupondo que estavam operacionais. Ora, se temos essa informação não poderíamos ocultá-la e permitir que se continuasse, na praça pública, a fazer cenários mirabolantes quanto ao perigo que representavam os lança-granadas foguete nomeadamente.

Referi-me só aos lança-granadas foguete, não me pronunciei em relação a nenhum outro material. Fi-lo porque considerava que as Forças Armadas não podiam correr o risco de, no dia seguinte, serem acusadas de terem ocultado uma informação que já conheciam. Mas eu só a conheci naquele dia.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, está, então, a dizer que os lança-granadas foguete não eram perigosos.

Mas tivemos vários camaradas seus que aqui estiveram e disseram que aquele material era altamente perigoso, porque o facto de ter acontecido com o lote o que já sabemos que aconteceu não significa que não fosse suscetível de provocar explosões e de poder causar uma mortandade, dependendo da forma como fossem utilizados.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, por acaso, conheço bem esse material. Aquele material não dispara, aquele material é um lança-granadas que abre e tem um dispositivo elétrico. Não era possível projetar a granada para os 400 ou 600 metros para que foi concebido.

Mas, se se quiser utilizar aquilo como arma de arremesso, como uma pedra — porque aquilo não explodiria — podia ser.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas o Sr. General sabe que, nomeadamente, o Comandante do Regimento de Engenharia, que requisitou esse mesmo material, nos disse, nesta Comissão de Inquérito, podia explodir e era utilizado como treino...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Tem toda a razão!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, explode.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Tem toda a razão! Se utilizar e se armadilhar com um monte de petardos ao lado e fizer uma arma suja, pode, pode ser.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, percebe por que razão a forma como faz as suas declarações dá ideia de que, ao longo do tempo, procurou desvalorizar a gravidade do que sucedeu em Tancos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas isso é uma interpretação que eu não aceito, porque pus a questão, apenas e só, no devido local!

Os lança-granadas foguete não estavam em condições de ser utilizados para aquilo que foram concebidos, ou seja, um homem pegar no lança-granadas, colocar-se a 400 metros e disparar, por exemplo, para um edifício e furar a parede. É isto!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, se fosse aqui colocado esse lança-granadas foguete com um petardo ao lado rebentaria com esta sala, não rebentaria?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Com um petardo, não! Não rebentava com a sala, fazia um buraco, eventualmente, na parede.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E se juntasse mais, rebentaria com a sala, não é?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se juntasse mais e se juntasse 10 kg de trotil...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, por que razão não foi alterado o nível de segurança?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Porque quem tem competência para o alterar, não o fez.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem é que tem competência para o alterar?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Portanto, os níveis de segurança são propostos e definidos pelo Sistema de Informações e Segurança. Não alteraram, apenas alteraram um item no dia 5, que tinha que ver com o crime organizado, mais nada. Em termos gerais, não foi alterado e é da competência do SIS.

Poderá dizer o seguinte: «Então, não era justificado que se alterassem?». Foi aqui dito pelo Comandante das Forças Terrestres que tomou medidas nesse sentido, que reforçou o paiol, que mandou imediatamente verificar as outras unidades... Portanto, tomaram medidas. Nos termos da diretiva do estado de segurança, o Comandante de uma unidade pode fazer isso por sua iniciativa se identificar que há uma ameaça em relação à unidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, na reunião da UCAT não se falou da hipótese de encerrar fronteiras, o que dependia de decisão política?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Preferia que fizesse essa pergunta à Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas estou a fazê-la a si!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Está bem. Discutiram-se várias medidas que as forças de segurança iriam tomar, mas permita-me que não responda a essa questão, que é uma questão que tem que ver com a segurança interna. Foram discutidas medidas que as forças de segurança iriam tomar, mas não sei quais é que tomaram.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi dito que dependia de decisão política. Sabe quem foi contactado a propósito dessa decisão política?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Desculpe, não percebi.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A hipótese de encerrar fronteiras dependia de decisão política. A pergunta que lhe faço é se sabe quem foi contactado para tomar essa decisão política ou não.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não sei, não sei. Se isso é verdade, não sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Desculpe, não está em causa o facto de ser verdade. Consta da informação disponível que esta matéria terá sido discutida nestes termos.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Discutida é uma coisa diferente, foram discutidas várias, mas não vou aqui, permita-me... Se não, estou a tirar o tabuleiro à Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sabe se o Primeiro-Ministro foi contactado?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me, ainda, o seguinte, Sr. General: no dia 25 de julho, na Comissão de Defesa Nacional, tendo sido questionado sobre eventuais indícios que lhe pudessem ter chegado antes do assalto a Tancos, o Sr. General respondeu que não tinha havido qualquer informação que tivesse chegado ao seu conhecimento ou dos serviços.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ora, segundo a ata da reunião da UCAT foi referenciado que havia uma informação do SISMIL (Sistema de Informações do Serviço Militar) de fevereiro que dava conta de que teria sido detetada uma viatura junto ao quartel-general da Brigada de Reação Rápida em Tancos, a fotografar a entrada e cuja matrícula até tinha sido anotada. Pode esclarecer-nos apenas esta contradição entre o que nos disse na Comissão de Defesa Nacional e o que foi dito na UCAT, pelo menos segundo a informação disponível.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Na UCAT?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Portanto, não sei onde quer chegar com... Essa viatura que refere foi depois identificada e não tinha

qualquer... Enfim, lembro-me que estava no relatório da Brigada, mas não foi considerado valorativo posteriormente.

Não houve nenhuma informação que tivesse chegado ao SISMIL que pudesse indiciar um assalto a Tancos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas nessa reunião é dito, inclusivamente, que não pode ser desprezado este indício. Aquilo que temos é uma reunião da Comissão de Defesa Nacional em que o Sr. General não nos deu essa informação e, pelo contrário, disse-nos que não havia qualquer informação.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sobre essa viatura?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não foi valorizado, não foi nesse sentido que dei essa indicação. Não tínhamos recebido, nem houve nenhuma informação prévia de qualquer indício de assalto a Tancos — foi o que disse. Mas esse incidente, não foi um incidente, foi uma viatura que não foi valorizada posteriormente, foi descartado por completo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas por que razão não foi valorizado?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Porque tudo o desenvolveu posteriormente... Agora não tenho bem presente, mas lembro-me bem de ver isso e não foi considerado pertinente.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas houve, na reunião da UCAT, quem achasse...

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Na reunião da UCAT não me lembro. Não me lembro disso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nomeadamente do Sr. Diretor-Adjunto do SIS.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sim, mas isso não foi valorizado depois em termos de ameaça. Não pretendi esconder nada, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, quanto à reunião de 11 de julho com o Sr. Primeiro-Ministro, o que se discutiu? Como reuniram e o que foi decidido?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Já aqui disse e repito: o Sr. Primeiro-Ministro convocou aquela reunião, depois de ter sido solicitado a todos os ramos uma avaliação geral da segurança das infraestruturas militares, portanto, em todos os ramos.

Foi isso que cada chefe do ramo ali apresentou e, no final, o Sr. Primeiro-Ministro tomou nota das medidas que já estavam em curso e das que iam ser tomadas, nomeadamente, no âmbito do Exército e dos outros ramos também, para reforçar e corrigir eventuais lacunas que pudessem existir, no sentido de melhorar a segurança das infraestruturas militares. Foi isto.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Discutiu-se alguma estratégia de comunicação?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não. A estratégia de comunicação foi só os jornalistas estarem à espera para depois o Sr. Primeiro-Ministro e eu próprio fazermos uma declaração.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem é que decidiu que era o Sr. General a falar, uma vez que a questão era do Exército?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Ficaria muito mal, repito, ficaria muito mal, estar ali o Chefe de Estado-Maior-General e estarmos ali a discutir a questão da segurança e das infraestruturas em termos de Forças Armadas e propor ao Chefe de Estado-Maior do Exército que referisse o que quer que fosse. De maneira que assumi que era eu o indicado. E fui eu. E voltava a fazê-lo. Voltava a fazê-lo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Articulou com o Sr. Primeiro-Ministro o que ia dizer?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se articulei? Não, senhor. O que era importante ali referir, no meu ponto de vista, era a questão do lança-granadas foguete, porque era uma informação relevante que não existia do antecedente. E também falavam em milhões, salvo erro. Também era importante desmistificar que o material não valia milhões. Foi isso que foi dito por mim cá fora. Disse-o com as minhas palavras, fui eu que escolhi as palavras, não foi articulado, ninguém me disse para dizer aquilo. Agora, o tema foi esse.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o importante era explicar que os lança-granadas foguete não eram tão perigosos como se dizia.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não eram tão perigosos! Até estavam inoperacionais. E não foi «obsoleto» que eu disse.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas eram perigosos!

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se eram perigosos? Não, perigosos, não! Se fossem utilizados como armas de arremesso e com a carga trotil, tinham a validade que tinham as outras cargas que estavam lá. Não podiam ser utilizados a disparar. Pode ter a certeza disso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, uma vez que foi também CEME, a quem cabe a nomeação dos comandantes das unidades?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — É ao Chefe de Estado-Maior do Exército.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Acha admissível que alguém diga ao Chefe de Estado-Maior do Exército «tire ou nomeie uma pessoa ou outra»?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se acho admissível? Admissível não, mas pode haver conversas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Acha, então, admissível que um ministro possa ter conversas com o Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército sobre isso?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Pode haver conversas. Agora, admissível, não. «Ponha o comandante...», não. Nunca aceitei isso. Também nunca fui confrontado com isso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas sabe que o Sr. General Carlos Jerónimo foi confrontado com isso e foi por isso que pediu a sua exoneração, como nos relatou aqui.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Bem, mas esse é um problema do Sr. General Carlos Jerónimo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi, também, objeto de entrevistas pelo poder político para efeitos de ser nomeado para CEME ou para CEMGFA. Alguma vez lhe colocaram como condição para essa nomeação, nessas entrevistas, se aceitaria ou não esse tipo de reparos por parte do poder político?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Nem pouco mais ou menos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas sabe que nos foi relatado aqui pelo Sr. Tenente-General Menezes que isso aconteceu com ele.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Aconteceu com ele? É problema dele.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Então, acha estranha a suspeição de interferência política neste processo?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Desculpe?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Acha estranha a suspeição de interferência política neste processo?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, não. Se acho estranho? Suspeições, qualquer um pode ter, só que não passam de suspeições em muitas das situações. Têm de ser concretizadas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. Tenente-General Calçada anunciou aqui, e o Sr. Tenente-General Menezes também, que tinha havido um Conselho Superior do Exército informal e que teria sido combinado algo relativamente à demissão dos comandantes que teria ficado acertado e que, entretanto, tudo isto alterou. Era normal, em sua opinião, isto acontecer?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, não me pronuncio sobre uma reunião que não conheço e onde não estive. Não sei o que é que se passou. Isso é do foro dos elementos do conselho com o Chefe de Estado-Maior. Não sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas achou normal a exoneração daqueles cinco comandantes?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se achei normal? Sr. Deputado, já exprimi aqui aquilo que penso. Não foi uma medida normal, mas também não estava numa situação normal. O Chefe de Estado-Maior do Exército assumiu de uma forma singular, solitária, essa decisão com todas as consequências e resultados que daí advieram, nomeadamente a demissão de dois generais.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General pode dizer que está solidário, ou que estava solidário, com o Sr. General Rovisco Duarte nessa decisão ou não?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Já referi que o Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército não me consultou, não tinha de consultar, não o fez, tomou a decisão e tomei conhecimento pela televisão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Perguntei se estava solidário com a decisão.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Se estava solidário com a decisão? Solidariedade é para o bom e para o mau, mesmo quando não se concorda. Eu, como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, fui sempre solidário com todos os chefes do Estado-Maior, nos bons e nos maus momentos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas tem ideia do que é que poderia levar um chefe militar a mudar de opinião relativamente ao curso da decisão que tinha sido acertada com os seus tenentes-generais?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não faço ideia. Não faço ideia, nunca me deu a conhecer nada em relação a isso. Ele vem cá no dia 6, poderá explicar melhor. Não me vou pôr agora a fazer conjeturas.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General alguma vez se sentiu objeto de alguma pressão política?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Depende do que se entende por «pressão política». Se a pressão política é o ministro procurar que se cumpram os objetivos que se pretende... Agora, pressão no sentido negativo, não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Sr. General quer aproveitar para esclarecer aquelas notícias que houve sobre a promoção do seu Adjunto para o Planeamento e Coordenação e que hoje é assessor militar do Primeiro-Ministro?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, isso não faz parte desta matéria, mas posso dizer-lhe que foi lamentável que houvesse um mau entendimento, por ignorância, talvez. Porque nunca poderia, na situação que existia, repito, nunca poderia tomar uma decisão que favorecesse ... Porque era legalmente irrelevante. Não podia. Muito simples: não podia, no dia 19, criar um buraco para criar uma vaga que só ia ocorrer passados quatro dias. Nunca podia ser, de maneira que...

Não sei se houve questões em relação a isso, mas nunca podia! Não podia legalmente, porque havia nova legislação que não era igual à de antigamente. Não era possível fazer o que quer que fosse que favorecesse alguém ou que prejudicasse.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, perguntei-lhe se queria aproveitar para esclarecer, quanto mais que houve questões políticas em torno disto também, não é?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Bem, paciência.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, como encarou a demissão dos dois tenentes-generais, o que significou quase metade do Conselho Superior do Exército?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Com tristeza. Com tristeza, porque foi uma brecha na coesão do Exército. É uma brecha na coesão do Exército que, enfim, não devia ter acontecido, mas aconteceu face às circunstâncias e houve que encará-las e pronto. Cada um tomou as suas opções, que respeito.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. General, houve uma entrevista do Sr. Ministro da Defesa Nacional, em que o Sr. Ministro disse: «No limite, pode não ter havido furto nenhum». Como é que entendeu estas declarações?

Ainda ontem ouvimos aqui o Sr. Tenente-General Calçada dizer que era uma vergonha, porque das duas, uma: ou o Exército não sabia o que tem nos paióis e é um bando de incompetentes, ou são mentirosos. O Sr. General alguma vez teve dúvidas de que tivesse havido furto? Transmitiu essas dúvidas ao Ministro? O Ministro perguntou-lhe? Que explicação há para estas declarações, Sr. General?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — O Sr. Ministro fez as suas declarações, são conhecidas, e não vou aqui fazer juízos de valor em relação

às declarações do Sr. Ministro, porque posso interpretá-las de forma benigna ou de forma menos benigna. Interpreto-as como o Sr. Ministro criando todas as dúvidas, todas as dúvidas. Esta questão de se era furto, se era roubo, em termos jurídicos, etc. Não sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Tem dúvidas de que tivesse havido furto?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não, não, nunca tive. Nunca tive dúvidas de que o material desapareceu. Nunca tive dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Informam-me todos os grupos parlamentares, à exceção do CDS-PP, que não pretendem fazer segunda ronda.

Assim, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, tem a palavra.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. General, queria continuar com a questão da recuperação do material que havia sido furtado e da notícia que posteriormente surgiu em relação ao encobrimento.

Como é que encarou a questão da recuperação do material? Como é que soube do encobrimento? Qual é a reflexão que tem a fazer sobre aquilo que foi noticiado, nomeadamente sobre a lógica de competição entre polícias, tese que já foi aqui apresentada?

Pergunto isto partindo do princípio, evidentemente, de que, quando estamos a falar de matérias deste género, o titular do processo é o Ministério Público. Quem tem que respeitar, no fundo, a lei e o poder judicial é, neste caso... Portanto, a competência é cometida à Polícia Judiciária com o auxílio da Polícia Judiciária Militar. Seria importante perceber, também, como é que viu as notícias de que a Polícia Judiciária tinha sido barrada à porta de Santa

Margarida, porque não foi autorizada a entrada, apesar de as armas terem sido levadas pela Polícia Judiciária Militar para a Brigada Mecanizada. Acha normal que isso tenha acontecido da forma como aconteceu?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Sr. Deputado, sobre o aparecimento do material, soube quando ouvi o comunicado da Polícia Judiciária Militar. Foi assim que soube e confesso que fiquei satisfeito. É um alívio. Se apanharam o material, é um alívio.

Agora, sobre os desenvolvimentos posteriores, fiquei um pouco desconcertado, porque se tudo o que se passou for verdade, houve falha grave. Acho que deviam ter comunicado ao responsável do Ministério Público que geria o processo, mas essa é uma questão que está em investigação também e quem tiver de ser responsabilizado sê-lo-á, naturalmente.

De resto, não sei se falta alguma...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Santa Margarida.

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Santa Margarida. Isso foi noticiado. Tanto quanto o Exército explicou, há uma determinação de que só a Polícia Judiciária Militar é que pode ser autorizada a entrar em unidades. Mas não sei se foi...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem determinou?

O Sr. Gen. **Artur Neves Pina Monteiro**: — Não sei, mas há. Há uma determinação do código. Foi uma explicação. Mas é evidente que... Não sei se foi um mal-entendido, mas não me sei pronunciar sobre isso em concreto.

A Polícia Judiciária Militar é que é competente para atuar no interior das unidades. É do estatuto delas. Agora, nesse caso, julgo que isto depois foi resolvido e entraram, mas não sei. Não me posso pronunciar sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. General.

Tendo prescindido da segunda ronda, presumo que tenham prescindido também da terceira. Damos, portanto, por concluída esta reunião, não sem agradecer uma vez mais ao Sr. General Pina Monteiro.

Imediatamente antes de terminar, queria recordar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados de que a próxima reunião ocorrerá na próxima quarta-feira, dia 6 de março, pelas 17 horas. Teremos aqui o Sr. General Rovisco Duarte.

A todos, muito boa tarde.

*Eram 20 horas e 25 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.